

DUBE, A.; KAPLAN, E. Does Outsourcing Reduce Wages in the Low-Wage Service Occupations? Evidence from Janitors and Guards. **Industrial and Labor Relations Review**, Cornell University, v. 63, n. 2, p. 287-306, Jan. 2010.

EICHHORST, W. **Do we have to be afraid of the future world of work?** Institute for the Study of Labor, 2015. (IZA Policy Papers, n. 102).

ZIMMERMANN, K. F. **The Big Trade-Off in the World of Labor.** Institute for the Study of Labor, 2015. (IZA Policy Papers, n. 100).

ZYLBERSTAJN, H. The end of jobs: a case of theoretical convergence? **The International Journal of Comparative Labour Law and Industrial Relations**, Amsterdam, v. 26, issue 4, p. 389-400, 2010.

_____. Uma interpretação econômica para a crise do paradigma. *In*: FREDIANE, Y. (Ed.). **A valorização do trabalho autônomo e a livre iniciativa.** Porto Alegre: Lex Magister, 2015. p. 65-72.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EUROFOUND – EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS. **New forms of employment.** Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015.

MENEZES FILHO, N. A.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 2, p. 235-248, 2004.

DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS: EFEITOS NO EMPREGO E NOS SALÁRIOS¹

Clóvis Scherer²

1 INTRODUÇÃO

A Política de Desoneração da Folha de Pagamentos, materializada na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, teve como objetivos aumentar a competitividade da produção doméstica, estimular a geração de empregos e promover a formalização dos vínculos de emprego (Brasil, 2012, p. 6). Apesar de abranger grande parte da economia e 14 milhões de empregos, bem como ser associada à expressiva renúncia fiscal, são poucos os estudos que buscam avaliar a efetividade dessa política. Esta nota apresenta resultados de estudo sobre os efeitos da desoneração da folha no emprego e nos salários pagos nos setores inicialmente incluídos na política.

2 PROBLEMÁTICA

A desoneração da folha consiste da mudança da base de incidência da Cota Patronal (CP) para o Regime-Geral de Previdência Social (RGPS), de 20,0% sobre a folha de salários, por uma Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) das empresas, descontadas as exportações. As alíquotas da CPRB foram fixadas em 1,0% ou 2,0%,³ dependendo do setor, da atividade ou do produto. A eliminação da CP representa redução de 14,5% nos custos obrigatórios associados de um emprego regular (a partir de cálculos demonstrados em Dieese, 2011).

Alguns aspectos da desoneração merecem ser destacados: a medida entrou efetivamente em vigor em janeiro de 2012, sua aplicação foi seletiva e gerou graus variados de desoneração entre setores e empresas. Além disso, não se aplicou às empresas optantes pelo Simples Nacional, já isentas da contribuição sobre a folha, tendo efeito, sobretudo, nas empresas grandes e médias e nas pequenas empresas não optantes pelo Simples. Por fim, o setor exportador foi beneficiado pela dedução das receitas com exportações da base de incidência da CPRB, muito embora esta contribuição tenha caráter cumulativo e integre os custos de produção das exportações.

1. Esta nota baseia-se em Scherer (2015). Neste trabalho, os cálculos foram revistos para desagregar o setor de tecnologia da informação/tecnologia da informação e comunicação (TI/TIC) do setor de *call center*, assim como para identificar os estabelecimentos com mesmo número raiz do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), localizados na mesma Unidade da Federação (UF) e com idêntica atividade segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

2. Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

3. Inicialmente as alíquotas foram fixadas em 1,5% e 2,5%, conforme o caso.

Embora os potenciais impactos no mercado de trabalho e na economia da tributação (ou desoneração) do trabalho venham sendo discutidos na imprensa e estudados no meio acadêmico há longa data, tanto no Brasil quanto internacionalmente, poucos estudos buscaram avaliar retrospectivamente a iniciativa recente de desoneração da folha. Os estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2013) e de Dallava (2014), que tiveram tal objetivo, chegaram a resultados bastante distintos e conflitantes entre si no que diz respeito à reação do emprego e dos salários nos diversos setores estudados. Outros estudos, na linha de Afonso e Pinto (2014), estão voltados para os efeitos fiscais da medida e não chegam a medir seu impacto no mercado de trabalho.

3 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Diante disso, esta nota busca contribuir com a avaliação dos impactos da política no nível de emprego e nos salários dos primeiros setores abrangidos a partir de janeiro de 2012. O problema para a identificação da relação causal provém da impossibilidade de se observar o emprego, as horas de trabalho e os salários-hora nas empresas desoneradas, na ausência da desoneração, após a adoção da política. Para resolver este problema, utilizou-se as empresas optantes pelo Simples, que já eram isentas da CP antes da política, como um contrafactual. Vale notar que de 2011 para 2012, período de análise deste estudo, o limite de faturamento para enquadramento no Simples Nacional foi majorado em 50%, o que permitiria às empresas optantes aumentar o faturamento e o emprego sem ultrapassar o limite legal, reduzindo potenciais distorções nessa comparação.

Assim, esta nota baseou-se em um painel de estabelecimentos, recorrendo à Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE) identificada como fonte de dados, e utilizou-se a técnica de diferença em diferenças. Tal técnica, que diferencia os fatores temporalmente invariantes, tem sua validade condicionada ao pressuposto da tendência paralela. Esta significa que os grupos tratamento e controle teriam um desempenho semelhante ao longo do tempo na ausência da política.

A amostra é formada por estabelecimentos classificados nas seguintes divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE): 13 – indústria têxtil; 14 – indústria de confecções; 15 – indústria de couro e calçados; 62 e grupo CNAE 631 – serviços de tecnologia da informação (TI) e tecnologia da informação e comunicação (TIC); e classe 8220.2 – empresas de *call center*, que declararam a Rais dos anos de 2011 (antes da desoneração) e 2012 (depois da desoneração), formando um painel balanceado. Para reduzir a heterogeneidade na amostra, esta foi limitada aos estabelecimentos que tinham menos de cinquenta empregados em 2011 (ano-base). É válido pensar que os estabelecimentos dos grupos tratamento e controle estiveram expostos aos mesmos choques agregados, tais como crescimento do produto interno bruto (PIB), demanda agregada por trabalho e reajuste do salário mínimo nacional.

As variáveis dependentes são o número de empregos formais ao longo do ano, o total de horas contratadas e o salário-hora médio, em reais, por estabelecimento. A variável explicativa é binária, indicando a opção pelo Simples em 2012 que, em caso negativo, corresponderia à desoneração da folha. Além disso, controlou-se os efeitos para a mudança de regime tributário pelas firmas entre 2011 e 2012 (o que afetou 8% dos estabelecimentos da amostra), bem como a variação no nível de escolaridade dos empregados, o que indicaria mudança na tecnologia adotada.

O modelo econométrico adotado foi especificado da seguinte forma:

$$Y_{it} = \beta_0 + \delta_0 T_t + \beta_1 treated_{it} + \beta_2 taxchg_{it} + \beta_3 X_{it} + a_i + u_{it}, \text{ com } t = 0, 1. \quad (1)$$

No modelo, Y_{it} corresponde às variáveis de resultado: o número de vínculos de emprego ao longo do ano, as horas de trabalho contratadas no ano e a média do salário-hora (em reais) para a firma i no tempo t ; T_t é uma variável *dummy* para o tempo igual a 1 para 2012; $treated_{it}$ refere-se à exposição ao tratamento, assumindo valor de 1 se a firma não é optante pelo Simples no período temporal 1; β_1 indica o efeito da desoneração da folha nas variáveis de resultado; β_2 captura a variação no resultado se as firmas mudam de regime tributário (1) do Simples para o não Simples e vice-versa, ou não o fazem (0); X_{it} representa a variável de controle relativa à educação de nível intermediário ou maior; e a_i é um fator de efeito fixo que controla as características observáveis e não observáveis de natureza invariante no tempo.

4 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

A amostra formada por 75.687 estabelecimentos que tinham menos de cinquenta empregados em 2011 representava 74,5% das unidades e 20,9% do emprego total nos setores estudados. A distribuição setorial dos estabelecimentos e dos empregos mostra maior concentração na indústria da confecção e do setor de TI/TIC.

TABELA 1

Número de firmas e média de número de empregados em 2011 segundo o setor: setores selecionados – firmas com menos de cinquenta empregados

Setores	Estabelecimentos		Empregos		Empregos por estabelecimento		Estabelecimentos	
	Número	Participação (%)	Número	Participação (%)	Número	Participação (%)	Controle	Tratamento
Têxtil	5.692	7,5	61.569	7,9	10,82	11,09	4.158	1.534
Confecções	42.464	56,1	452.260	57,9	10,65	10,80	35.524	6.940
Couro e calçados	9.340	12,3	114.744	14,7	12,29	11,88	7.511	1.829
TI/TIC	17.450	23,1	142.313	18,2	8,16	9,41	10.062	7.388
Call centers	741	1,0	9.962	1,3	13,44	12,09	580	161
Total	75.687	100,0	780.848	100,0	10,32	10,76	57.835	17.852

Fonte: Rais/MTE (2011).

Apesar do limite de tamanho de estabelecimento imposto à amostra, os grupos tratamento e controle ainda exibiam diferenças no que diz respeito à quantidade de empregos, às horas de trabalho e, sobretudo, ao salário-hora médio, que era 64% maior no primeiro grupo (tabela 2). Além disso, os estabelecimentos desonerados tinham menor proporção de empregados na produção, o perfil de escolaridade era mais elevado e havia maior presença de empregados adultos e do sexo masculino. No que diz respeito à distribuição setorial, o grupo tratamento exibe uma proporção maior de empresas nos setores de TI/TIC e têxtil, enquanto no setor de confecções há uma clara maioria de empresas não desoneradas. As firmas do grupo tratamento estão fortemente concentradas nas regiões Sudeste e Norte. O grupo controle tem maior presença relativa nas demais regiões.

TABELA 2

Brasil: estatísticas descritivas: setores selecionados – firmas com menos de cinquenta empregados (2011)

Variável	Controle		Tratamento		Diferença (%)
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	
Empregos (número)	10,21	10,50	10,66	11,55	4,5
Horas de trabalho no ano	14.417	15.616	15.548	17.655	7,8
Salário-hora médio (R\$)	4,50	2,54	7,39	9,10	64,4
Proporção sexo masculino	0,34	0,34	0,47	0,35	37,1
Proporção ocupados produção	0,76	0,32	0,68	0,35	-11,1
Proporção de empregados com ensino médio ou mais	0,56	0,37	0,67	0,37	19,0
Têxtil	0,07	0,26	0,09	0,28	19,5
Confecções	0,61	0,49	0,39	0,49	-36,7
Couro e calçados	0,13	0,34	0,10	0,30	-21,1
TI/TIC	0,17	0,38	0,41	0,49	137,9
Call center	0,01	0,10	0,01	0,09	-10,1
Norte	0,01	0,10	0,01	0,11	8,5
Nordeste	0,14	0,34	0,10	0,30	-27,4
Sudeste	0,48	0,50	0,63	0,48	32,5
Sul	0,30	0,46	0,20	0,40	-31,5
Centro-Oeste	0,08	0,27	0,05	0,22	-31,6
Total de empregos	590.461	-	190.387	-	-
Número de estabelecimentos	57.835	-	17.852	-	-

Fonte: Rais/MTE (2011).

As diferenças entre os grupos tratamento e controle, apesar de estatisticamente significantes em um intervalo de confiança de 5%, não necessariamente afetam a estratégia empírica escolhida, que está fundamentada na trajetória que cada grupo assumiu ao longo do tempo. Ou seja, o pressuposto é de que essas diferenças não são determinantes do comportamento do emprego e dos salários ao longo do tempo.

5 RESULTADOS

Ao se examinar superficialmente a evolução do emprego nos setores abrangidos pela desoneração da folha em 2012, tem-se a impressão de que essa medida tributária não gerou fortes efeitos positivos na demanda por trabalho. O nível de emprego formal nos setores desonerados aumentou apenas 0,6% entre 2011 e 2012 e, considerando as empresas que se mantiveram no mercado nesses dois anos, o aumento foi de 1,6%. A análise tem a intenção de identificar os efeitos da desoneração da folha isolando-os dos inúmeros outros fatores que interagiram para conformar o nível de emprego e dos salários nas empresas.

Antes de apresentar os resultados obtidos com as regressões, vale mencionar que as tendências precedentes das variáveis de interesse, entre 2010 e 2011,⁴ indicam que o emprego médio por firma e as horas de trabalho estavam em queda no grupo tratamento (-4,9% e -2,3%, respectivamente) e em ascensão no grupo controle (4,4% e 8,8%, respectivamente).

4. Para o biênio 2010-2011, obteve-se dados relativos a 60.667 estabelecimentos pertencentes à amostra utilizada no estudo (80,1% do total), ou seja, os informantes da Rais nos anos de 2010, 2011 e 2012. Esse conjunto de estabelecimentos divide-se entre 46.246 estabelecimentos com folha não desonerada e 14.421 cuja folha foi desonerada em 2012.

Quanto ao salário-hora médio, a trajetória precedente era positiva em ambos os grupos, com variações de 10,7% e 10,1%, respectivamente. Tais achados, confirmados por uma regressão placebo, indicam que, se essas tendências respondiam a fatores que continuaram a atuar depois da implementação da política, suavizariam os efeitos desta sobre o emprego e o volume de trabalho contratado, e amplificariam os efeitos nos salários. Sendo assim, eventuais vieses nas estimativas dos efeitos da desoneração teriam sinal negativo para as duas primeiras variáveis e positivo para a última.

Passando à análise dos efeitos da desoneração da folha sobre o emprego e os salários, primeiramente aplicou-se um método não paramétrico de diferença em diferenças. Os resultados obtidos sugerem que estabelecimentos expostos à mudança tributária tiveram maior variação do emprego e da demanda por trabalho do que os demais estabelecimentos. Após a implementação da política, o grupo tratamento empregou 13,8% mais trabalhadores do que o grupo controle e contratou 6,9% a mais de horas de trabalho, mas os salários médios tiveram elevação 1,1% menor (tabela 3).

TABELA 3

Estimativas do efeito da desoneração da folha no emprego, nas horas de trabalho e no salário-hora médio, pelo método de diferença em diferenças: setores selecionados – estabelecimentos com menos de cinquenta empregados (2011)

Variável	2011	2012	Diferença (%)
Número de empregos			
Controle	10,21	10,52	3,0
Tratamento	10,66	12,50	17,2
Diferença	0,46	1,98	13,8
Quantidade de horas de trabalho			
Controle	14.417	15.202	5,4
Tratamento	15.548	17.519	12,7
Diferença	1.130,43	2.317,24	6,9
Salário-hora médio (R\$)			
Controle	4,50	5,03	12,0
Tratamento	7,39	8,18	10,7
Diferença	2,90	3,15	-1,1

Fonte: Rais/MTE (2011-2012).

A implementação de um modelo de efeitos fixos para estimar os impactos da desoneração da folha nos estabelecimentos dos quatro setores em análise resultou em coeficientes com significância estatística e bastante expressivos para as variáveis de interesse (tabela 4). Os resultados indicam que a Política de Desoneração da Folha de Pagamentos aumentou o emprego nas empresas cobertas por esta política em 1,525 emprego, em média, representando 14,3% de variação em relação ao ano-base – 10,66 empregos por estabelecimento (ver tabela 3). O coeficiente estimado para o tratamento na regressão do total de horas de trabalho também é expressivo, com alta significância, da ordem de 1.183 horas por empresa, ou 7,6% de aumento. Quanto ao salário-hora médio, a desoneração da folha, isoladamente, teve um efeito estimado em R\$ 0,26, o que representa elevação de 3,7% sobre a linha de base.

Na segunda especificação da regressão reportada na tabela 4 incluiu-se uma variável *dummy* para mudança no regime tributário entre 2011 e 2012 e a proporção de trabalhadores com ao menos o nível médio de escolaridade como variável de controle.

Nessa especificação os coeficientes para a variável explicativa tornaram-se maiores e continuaram estatisticamente significantes, sugerindo que o efeito da desoneração é mais forte quando controlados os outros fatores temporalmente variantes.

O coeficiente estimado para o efeito da mudança de regime tributário também é estatisticamente significativo e sugere que tal mudança tem efeito negativo sobre todas as variáveis de resultado. Esses sinais podem ser explicados pelo fato de os estabelecimentos de menor tamanho e que pagam salários mais baixos ingressarem no grupo tratamento, reduzindo as médias para as variáveis em questão.

Em relação ao nível de escolaridade dos empregados, essa variável tende a reduzir o emprego e elevar o nível de salários. Esses achados são consistentes com a relação típica entre maior escolaridade, elevação da produtividade e pagamento de melhores salários.

TABELA 4

Brasil: estimativas dos efeitos da desoneração da folha sobre o emprego, as horas de trabalho, a massa salarial e o salário-hora médio, com modelo de efeitos fixos: setores selecionados – estabelecimentos com menos de cinquenta empregados (2011-2012)

Variáveis	Número de empregos		Quantidade de horas de trabalho		Salário-hora médio	
	1	2	3	4	5	6
Tempo	0,323*** (0,0432)	0,352*** (0,0436)	801,3*** (51,04)	825,8*** (51,47)	0,534*** (0,0112)	0,538*** (0,0113)
Tratamento	1,525*** (0,0887)	1,635*** (0,0914)	1.183*** (104,8)	1.278*** (107,9)	0,257*** (0,0230)	0,271*** (0,0237)
Mudança no regime tributário	- -	-0,757*** (0,150)	- -	-651,8*** (177,1)	- -	-0,101*** (0,0388)
Proporção de empregados com escolaridade média ou mais	-0,953*** (0,194)	-0,950*** (0,194)	-938,9*** (228,9)	-936,6*** (228,8)	0,232*** (0,0502)	0,232*** (0,0502)
Constante	10,88*** (0,117)	10,87*** (0,117)	15.235*** (138,0)	15.234*** (138,0)	5,043*** (0,0303)	5,042*** (0,0303)
Observações	151.374	151.374	151.374	151.374	151.374	151.374
R2	0,008	0,009	0,009	0,010	0,049	0,049
Número de estabelecimentos	75.687	75.687	75.687	75.687	75.687	75.687

Fonte: Rais/MTE (2011-2012).

Nota: *** p<0,01.

Obs.: 1. Variáveis dependentes em níveis.

2. Tratamento é uma variável binária com valor 1 para estabelecimentos não optantes pelo Simples em 2012. Mudança de regime tributário é binária, com valor 1 para estabelecimentos que mudaram de regime de 2011 para 2012.

3. Margem de erro em parênteses.

Para verificar a sensibilidade das estimativas relatadas acima ao tamanho dos estabelecimentos, o mesmo modelo foi estimado para uma amostra de 62.910 unidades que tinham, em 2011, no máximo dezenove empregados. Portanto, supostamente eram mais homogêneas. Os coeficientes obtidos com essa regressão são ainda mais expressivos quanto ao efeito do tratamento no emprego médio (22,6%) e nas horas de trabalho (12,1%), sendo bem próximos do anterior no tocante ao salário médio (3,1%).

Exercício semelhante foi realizado levantando a restrição de tamanho do

estabelecimento, resultando em coeficientes positivos e significantes, embora atenuados em intensidade. Neste caso, o efeito do tratamento no emprego correspondeu a 3,7% de acréscimo em relação à base, enquanto nas horas de trabalho gerou acréscimo de modesto 1,2%. A variação nos salários, induzida pela mudança na tributação, foi mais substancial, representando variação de 4,0%. Entretanto, é importante frisar que o contrafactual para essa última estimação tem seu potencial reduzido, uma vez que discrepâncias mais acentuadas no tamanho podem implicar em fatores temporalmente variantes, distintos entre os grupos tratamento e controle.

Também se testou se as empresas desoneradas teriam antecipado suas decisões relativas a emprego e salários em 2011, quando a política foi anunciada. O teste incluiu uma rodada de dados adicionais para 2010 para os estabelecimentos existentes em 2012. Controlando para o nível educacional dos trabalhadores, os coeficientes relativos ao tratamento são menores do que os encontrados para a análise do período 2011-2012, mas ainda positivos e significantes para o emprego (12,5%) e para as horas de trabalho (5,9%). Quanto aos salários, a política teria elevado a média em 5,7%, indicando impacto mais forte do que na comparação entre 2011-2012. Esses dados sugerem que o impacto da política no emprego concentra-se no período posterior à sua implementação, enquanto nos salários pode ter havido alguma antecipação.

A estimativa dos efeitos da desoneração da folha segundo os setores de atividade é reportada na tabela 5. A segunda coluna contém as médias para o ano-base (2011), a terceira coluna apresenta os coeficientes para o efeito do tratamento nas variáveis de resultado, e a quarta traz os percentuais de variação correspondentes. Com exceção das empresas de *call center*, nos demais setores observa-se convergência para efeitos positivos no emprego, nas horas de trabalho e, em menor medida, para o salário-hora médio. A intensidade da reação das empresas à desoneração é diferenciada entre os setores, destacando-se o de couro e calçados, com variações de 36,1% no emprego, de 22,1% nas horas de trabalho, e de 1,6% no salário médio. As estimativas referentes às empresas de *call center* devem ser tomadas com reservas, pois o tamanho da amostra é muito pequeno.

Parece válido pensar que a maior intensidade dos efeitos sobre a indústria de couro e calçados esteja relacionada à sua orientação para o mercado externo, mais forte do que a dos demais setores. Como notado anteriormente, as firmas exportadoras foram as mais beneficiadas pela redução da carga tributária, o que pode ter fortalecido suas competitividades, expandido suas demandas por trabalho e induzido a formalização. No outro extremo, a desoneração da folha parece ter tido efeitos tênues no setor têxtil, o que pode estar relacionado à entrada tardia no programa. Já o coeficiente baixo e não significativo para o efeito da desoneração nos salários da indústria de confecções (0,5%) poderia ser explicado pelo baixo patamar salarial nas firmas tratadas, o que as aproxima do denominador comum do salário mínimo que age tanto sobre elas quanto sobre as firmas do grupo controle, sobrepondo-se ao efeito da desoneração da folha.

TABELA 5

Estimativas do efeito da desoneração da folha no emprego, nas horas de trabalho e no salário-hora médio, por regressão de diferença em diferenças com efeitos fixos, por setor de atividade: setores selecionados – estabelecimentos com menos de cinquenta empregados (2011)

Variável dependente	Média	Coefficiente	Variação (%)
Número de empregos			
Têxtil	13,17	1,23***	9,3
Confecções	10,68	1,38***	12,9
Couro e calçados	13,34	4,82***	36,1
TI/TIC	9,39	0,92***	9,8
Call center	14,17	-2,25	-15,8
Quantidade de horas de trabalho			
Têxtil	20.337,37	445,80	2,2
Confecções	16.052,77	634,50***	4,0
Couro e calçados	19.158,53	4.230,00***	22,1
TI/TIC	13.169,68	948,00***	7,2
Call center	16.263,80	-3.627,00**	-22,3
Salário-hora médio (R\$)			
Têxtil	5,85	0,16***	2,8
Confecções	4,70	0,02	0,5
Couro e calçados	4,85	0,08**	1,6
TI/TIC	10,89	0,39***	3,5
Call center	6,43	0,49***	7,6

Fonte: Rais/MTE (2011).
Notas: ** p<0,05.
*** p<0,01.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, esta nota indica que a Política de Desoneração da Folha de Pagamentos promoveu uma elevação da demanda por trabalho nas empresas desoneradas, comparativamente às não desoneradas, além de ter proporcionado um pequeno aumento relativo dos salários em seu primeiro ano de implementação. A política parece estar associada ao aumento de 14,3% a 15,3% no emprego formal, e de 7,6% a 8,2% nas horas de trabalho, em média. Além disso, a desoneração pode ter contribuído para elevar o salário-hora médio de 3,5% a 3,7% na média dos estabelecimentos, indicando que houve uma pequena transferência parcial para os salários.

Este estudo mostra, também, que os efeitos da desoneração foram diferenciados entre os setores, assim como sua intensidade pode estar relacionada ao coeficiente de exportação do setor e ao tempo de exposição à política.

O sinal e a magnitude dos efeitos mantiveram-se quando a amostra foi limitada aos estabelecimentos com até dezenove empregados, portanto mais homogêneos. Os testes realizados também sugerem que não houve antecipação da decisão sobre o emprego em relação à efetiva implementação da desoneração.

Os resultados acima são expressivos. Por exemplo, tomando o total de 2.282.648 vínculos existentes em estabelecimentos desonerados dos cinco setores estudados, no ano de 2011, um aumento de 14% corresponderia à geração de aproximadamente 320 mil novos postos de trabalho. Partindo das horas de trabalho, um aumento de 8% nas cerca de 3.003 mil horas anuais contratadas por estabelecimentos de todos os

tamanhos nos setores mencionados representaria a geração do equivalente a 105 mil empregos com jornada de 44 horas semanais e duração de doze meses.

Esses resultados deveriam, sobretudo, servir para suscitar um aprofundamento da análise do efeito da desoneração no mercado de trabalho, estendendo-o aos demais setores abrangidos pela política, ampliando o período de análise e, sobretudo, considerando os efeitos dinâmicos dessa mudança da tributação na economia como um todo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R.; PINTO, V. C. **Composição da desoneração (completa) da folha de salários**. Rio de Janeiro: FGV; IBRE, 2014. (Texto de Discussão, n. 41).

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Desoneração da folha de pagamentos**. Brasília: MF, 2012. Slide.

DALLAVA, C. C. **Impactos da desoneração da folha de pagamentos sobre o nível de emprego no mercado de trabalho brasileiro**: um estudo a partir dos dados da Rais. 2014. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2014.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Encargos sociais e desoneração da folha de pagamentos**: revisitando uma antiga polêmica. São Paulo: Dieese, 2011. (Nota Técnica, n. 101). Disponível em: <<https://goo.gl/MyMMQy>>.

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Avaliação do impacto da desoneração tributária da folha de pagamento nos setores de confecções, couro e calçados e tecnologia de informação e comunicação**. São Paulo: FGV Projetos, 2013.

SCHERER, C. **Payroll tax reduction in Brazil: effects on employment and wages**. Rotterdam: ISS/Erasmus University Rotterdam, 2015. (ISS Working Paper Series, n. 602).